

REGULAMENTO ELEITORAL PARA O CORE-AMAPÁ

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - A eleição para composição do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá – CORE-AP, referente ao **triênio 2010/2013**, será processada e dirigida pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE, **com sede na Av. Graça Aranha, nº. 416 – 4º. andar – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20030-001**, por meio da Comissão Eleitoral, de acordo com o presente Regulamento Eleitoral.

Artigo 2º - O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá – CORE-AP, na forma estabelecida em seu Regimento Interno é composto por 09 (nove) membros, designados Conselheiros, com mandato de 3 (três) anos, exercido gratuitamente.

Parágrafo único - A eleição será realizada sem discriminação de cargos, os quais serão providos na primeira reunião ordinária dos Conselheiros eleitos, de acordo com o Regimento Interno da entidade.

Artigo 3º - A eleição, na forma e segundo os critérios e procedimentos estabelecidos neste Regulamento Eleitoral, é de comparecimento facultativo.

Artigo 4º - Exercerá o direito de voto o representante comercial que estiver, desde 02 (dois) anos antes do pleito, pelo menos, registrado no CORE-Pará, cuja inscrição passou a integrar o cadastro de registrados do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá e se encontrar quite com as anuidades, sendo a pessoa jurídica representada pelo respectivo responsável técnico, com indicação ocorrida há, pelo menos, 02 (dois) anos antes da eleição, que deverá preencher os mesmos requisitos.

§ 1º - O eleitor fará prova de sua regularidade mediante apresentação da identidade profissional ou outro documento oficial de identificação e o comprovante de quitação com o Conselho Regional dos

Representantes Comerciais no Estado do Amapá, este suprível por listagem da tesouraria do Conselho, existente na Mesa Coletora de Votos.

§ 2º - O Representante Comercial que não estiver quite com o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá e desejar exercer o direito de voto, deverá proceder à quitação das anuidades em débito, bem como a do exercício em curso, no máximo, até 05 (cinco) dias antes do pleito, considerando-se, também, regular aquele que estiver adimplente com o pagamento do parcelamento do seu débito.

§ 3º - O eleitor somente poderá votar na sede do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá, conforme disposto no § 1º. do art. 20 deste Regulamento.

Artigo 5º - A eleição será realizada por escrutínio secreto, não sendo permitido o voto por procuração ou por correspondência.

Artigo 6º - O processo eleitoral será dirigido pela Comissão Eleitoral designada pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais – CONFERE, composta por 01 (um) presidente e 02 (dois) secretários, com indicação de 01 (um) suplente.

§ 1º - A Mesa Coletora, que também funcionará como Mesa Apuradora, será composta por 01 (um) presidente e 2 (dois) secretários, com indicação de 01 (um) suplente, designados pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais.

§ 2º – As presidências da Comissão Eleitoral e da Mesa Coletora/Apuradora serão exercidas por presidentes de Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais.

§ 3º - No ato de seu registro, cada chapa poderá designar, por escrito, um representante comercial para acompanhar, como fiscal, no dia da eleição, os trabalhos da Mesa Coletora/Apuradora, assinando os documentos dos resultados.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO ELEITORAL

Artigo 7º – Compete à Comissão Eleitoral:

I - analisar e decidir sobre:

- a) a regularidade dos registros das chapas e da documentação que as acompanham;
- b) quaisquer impugnações acerca do pleito.

II - encaminhar ao Conselho Federal a apuração do resultado geral com a proclamação dos Conselheiros eleitos;

III - expedir as instruções que julgar convenientes à execução deste Regulamento;

IV - responder sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas por escrito;

V - autorizar ou não a recontagem dos votos;

VI - organizar a sua Secretaria e requisitar funcionários do Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE e/ou do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá, de acordo com as necessidades para a realização dos trabalhos;

VII - tomar quaisquer outras providências que julgar convenientes à execução do Regulamento Eleitoral;

VIII - acompanhar e fiscalizar as eleições de acordo com o presente Regulamento;

IX - resolver os casos omissos.

Parágrafo único - De qualquer decisão da Comissão Eleitoral caberá, no prazo de 5 (cinco) dias, recurso ao Conselho Federal dos

Representantes Comerciais – CONFERE, com efeito meramente devolutivo.

CAPÍTULO III DA ELEGIBILIDADE

Artigo 8º – São elegíveis os representantes comerciais que estiverem, desde 02 (dois) anos antes do pleito, pelo menos, registrados no CORE-Pará, cujas inscrições passaram a integrar o cadastro de registrados do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá, e que:

- a)** sejam brasileiros natos ou naturalizados;
- b)** estejam quites com o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá na data do registro da chapa pela qual concorram ao pleito;
- c)** firmem compromisso de aceite da candidatura, conforme modelo próprio.

§ 1º – A pessoa jurídica será representada no pleito por seu responsável técnico, com indicação ocorrida desde 02 (dois) anos antes da eleição, o qual deverá possuir registro no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá como pessoa natural, oriundo do CORE-PA, satisfazendo, também, as exigências estabelecidas no *caput* e alíneas deste artigo.

§ 2º – O representante comercial só pode concorrer por uma única chapa às eleições do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá onde se encontra registrado.

CAPÍTULO IV DOS IMPEDIMENTOS

Artigo 9º - São impedimentos à candidatura ao cargo de Conselheiro:

- a)** os que se enquadrarem em qualquer dos impeditivos previstos no artigo 4º da Lei nº. 4886/65;
- b)** os que não tiverem aprovadas as suas contas em cargos de administração;
- c)** os que houverem lesado o patrimônio de qualquer órgão representativo de classe;
- d)** os que não estiverem há **02 (dois) anos, pelo menos, antes da data do pleito**, no exercício efetivo da atividade ou da profissão dentro da base territorial do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá, mediante comprovação com o registro no referido órgão fiscalizador, oriundo do CORE-PA;
- e)** os que tiverem sido condenados por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos da pena;
- f)** os que não estiverem no gozo de seus direitos políticos;
- g)** os que tiverem má conduta, devidamente comprovada;
- h)** os que tiverem perdido o mandato eleitoral em qualquer Conselho de Classe;
- i)** os que tiverem sido condenados pelo Tribunal de Contas da União por prática de irregularidades administrativas no exercício de função pública;

- j) os que ocuparem cargo ou função remunerada em qualquer órgão do Sistema CONFERE/COREs;
- k) os que tiverem débito (financeiro) perante o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá;
- l) os que estiverem proibidos pelo Tribunal de Contas da União de se candidatarem a cargo eletivo.

CAPÍTULO V

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Artigo 10 - O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE dará amplo conhecimento do prazo de inscrição de chapas e da data da eleição mediante edital publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá e em 2 (dois) outros jornais de grande circulação naquele Estado, independentemente da afixação do mesmo na sede do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá, bem como sua divulgação no *site* www.confere.org.br, juntamente com o requerimento de registro de chapa, ficha de qualificação e declaração individual de aquiescência dos candidatos.

Artigo 11 - Cabe ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá, por meio do seu interventor, fornecer à Comissão Eleitoral as informações necessárias acerca da situação dos integrantes das chapas concorrentes ao pleito, como medida preliminar ao deferimento dos pedidos de registros.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO DAS CHAPAS

Artigo 12 - É obrigatório o registro prévio das chapas de candidatos a membros do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá.

§ 1º - O registro de chapas será efetuado mediante requerimento dirigido ao presidente da Comissão Eleitoral, assinado pelos 09 (nove) candidatos integrantes das mesmas, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelecido no Edital de Convocação.

§ 2º - O requerimento deverá ser acompanhado das fichas de qualificação dos candidatos e das declarações individuais de aquiescência, conforme modelos próprios, ambas com firmas reconhecidas, anexando fotocópia legível e autenticada da carteira de identidade, CIC/CPF, comprovantes de residência, registro e quitação com o Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá, esses últimos mediante certidão expedida pelo referido órgão fiscalizador.

§ 3º - O requerimento de registro de chapa deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral e protocolizado na sede do Conselho Federal dos Representantes Comerciais – CONFERE, na Av. Graça Aranha, nº 416, 4º andar, Centro – RJ, CEP: 20030-001, podendo ser remetido por via postal, com Aviso de Recebimento (AR). A Secretaria anotará a data e hora do recebimento.

§ 4º - A Comissão Eleitoral indeferirá o registro de chapa incompleta ou que inclua candidato inelegível, inclusive pela não apresentação da totalidade dos documentos exigidos, concedendo aos interessados prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, para sanar a irregularidade, mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Amapá e em 02 (dois) Jornais de grande circulação.

§ 5º - A chapa será registrada com denominação própria, observada a preferência pela ordem de apresentação dos requerimentos, não podendo as seguintes utilizar termos, símbolos ou expressões iguais ou assemelhados, ficando vedada a utilização de termos inadequados, ofensivos ou que de alguma maneira se apresentem contrários à lei ou aos bons costumes.

§ 6º - Em caso de desistência ou falecimento de qualquer integrante da chapa, a substituição poderá ser requerida, por escrito, até

10 (dez) dias antes do pleito, observando-se para o substituto indicado os mesmos requisitos, sendo desnecessário, deferido o registro, a alteração da cédula única já impressa, considerando-se votado o candidato substituto.

§ 7º - No ato de seu registro, cada chapa poderá designar, por escrito, um representante comercial como fiscal, para acompanhamento dos trabalhos a serem realizados pela Comissão Eleitoral, exclusivamente no dia da totalização final dos votos.

Artigo 13 - Os candidatos não poderão figurar em mais de uma chapa.

Artigo 14 - O registro das chapas far-se-á no horário de 09:00 às 15:00 horas, no local e no prazo fixado no Edital de Convocação.

Artigo 15 - A decisão da Comissão Eleitoral sobre o registro de chapas será divulgada em até 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para o registro das mesmas, mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Amapá e em 02 (dois) Jornais de grande circulação no Estado.

Parágrafo único - O prazo para impugnação de chapas será de 05 (cinco) dias a partir da divulgação das mesmas, devendo ser dirigida ao Presidente da Comissão Eleitoral.

Artigo 16 - As chapas serão numeradas de acordo com a ordem cronológica de inscrição.

Artigo 17 - Encerrado o prazo para registro de chapas, a Comissão Eleitoral providenciará a confecção da cédula eleitoral única.

Parágrafo único - Na cédula eleitoral única constará a relação dos candidatos e conselheiros de cada chapa inscrita.

Artigo 18 – Compete, também, à Comissão Eleitoral:

- a) preparar as folhas de votantes, que deverão estar ultimadas até 05 (cinco) dias antes do pleito, incluindo todos os representantes comerciais aptos ao exercício do voto;
- b) suprir a Mesa Eleitoral com material necessário aos atos relacionados a todas as fases do processo eleitoral, inclusive urna coletora;
- c) adaptar o local destinado à votação, de maneira a assegurar o sigilo do voto;
- d) praticar todos os atos necessários à normal realização do pleito.

CAPÍTULO VII DA ELEIÇÃO E DO PROCESSO ELEITORAL

Artigo 19 - A Comissão Eleitoral dirigirá todo o processo eleitoral, desde a publicação do Edital até a proclamação dos resultados, entregando ao Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, relatório completo do mesmo.

Parágrafo único – As decisões da Comissão Eleitoral têm aplicação imediata, cabendo recurso com efeito meramente devolutivo ao Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE.

Artigo 20 - A cédula eleitoral será única, contendo as chapas concorrentes, na ordem em que foram registradas, com uma única quadrícula acima de cada denominação, para ser anotado o voto, e agrupadas em colunas, com os nomes dos candidatos.

§ 1º - O voto será exercido exclusivamente no seguinte local:

- a) **Sede do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá:** Rua Tiradentes, nº 1.342-A, Bairro Central, Macapá-AP. Telefax: (96) 3222-6707.

§ 2º – A cédula que apresentar qualquer rasura ou mais de um assinalamento que impeça a verificação da manifestação de vontade do eleitor será considerada nula.

§ 3º – É proibida qualquer manifestação festiva de conagraçamento, propaganda eleitoral ou qualquer tipo de aliciamento de eleitor nas seções eleitorais.

§ 4º – Somente poderão permanecer no recinto da Mesa Receptora/Apuradora os seus membros, 01 (um) fiscal por chapa e durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

§ 5º – Ao Presidente da Mesa Receptora e à Comissão Eleitoral cabem conduzir os trabalhos eleitorais, exercendo poder de polícia e fiscalização, podendo requisitar força policial.

§ 6º – O Presidente da Mesa, que é, durante os trabalhos, a autoridade superior, fará retirar do recinto ou do edifício quem não guardar a ordem e compostura devidas e/ou estiver praticando qualquer ato atentatório à liberdade eleitoral.

§ 7º – No dia da eleição não será permitida, sob qualquer pretexto, a intervenção de pessoas estranhas à Mesa Receptora/Apuradora na condução dos trabalhos.

§ 8º – Encerrado o horário de votação, a Mesa distribuirá senha para os eleitores presentes que ainda não tiverem votado, a fim de garantir-lhes esse direito.

CAPÍTULO VIII

DA APURAÇÃO DO PLEITO

Artigo 21 – Encerrada a votação, a Mesa apurará os votos da respectiva urna no mesmo local, preenchendo e assinando os mapas e atas dos resultados e entregando todo o material à Comissão Eleitoral.

Artigo 22 - Antes de abrir a urna a Mesa Apuradora verificará:

- a) indícios de violação da urna e do seu lacre, assinado pelo presidente da Mesa;

- b) indícios de adulteração nas listas de votação contendo as assinaturas dos eleitores;
- c) violação das condições de sigilo do voto.

§ 1º - As impugnações fundamentadas em violação da urna somente poderão ser apresentadas até a abertura desta.

§ 2º - Verificada a ocorrência de qualquer dos incisos deste artigo, a Mesa fará a apuração dos votos em separado e encaminhará relatório circunstanciado para decisão da Comissão Eleitoral.

§ 3º - As impugnações promovidas pelos fiscais serão registradas pela Mesa, para decisão da Comissão Eleitoral, não impedindo a contagem da urna.

§ 4º - As impugnações terão de ser formuladas por escrito à Mesa, para que constem da ata de encerramento da apuração, sob pena de preclusão.

Artigo 23 – A apuração de votos terá início pela contagem das cédulas oficiais, que deverão estar rubricadas pelos membros da Mesa Coletora, cabendo aos mesmos verificar se o seu número coincide com o de votantes.

§ 1º – Correspondendo o número de cédulas oficiais ao de votantes, a Mesa Apuradora procederá à contagem dos votos.

§ 2º – A não coincidência entre o número de votantes e o de cédulas oficiais encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação, entretanto, o fato deverá constar da ata de apuração, para apreciação da Comissão Eleitoral.

Artigo 24 - Concluída a totalização da apuração pela Comissão Eleitoral, esta proclamará o resultado, o qual constará de ata circunstanciada, devendo ser indicado, entre outros procedimentos:

- a) O local e a data do início e término dos trabalhos;
- b) o número de votantes;

- c) o total de cédulas apuradas, o de cédulas anuladas e o de cédulas em branco;
- d) o número de votos atribuído a cada chapa, os nomes dos respectivos candidatos, protestos e ocorrências outras relacionadas com o pleito;
- e) a relação nominal dos candidatos eleitos.

Artigo 25 - Havendo empate entre duas ou mais chapas concorrentes, a Comissão Eleitoral indicará a necessidade de convocação de novas eleições para as quais concorrerão apenas as chapas empatadas.

§ 1º - Considerar-se-ão automaticamente inscritas para o novo pleito as chapas empatadas, salvo desistência expressa manifestada à Comissão Eleitoral, até 72 (setenta e duas) horas após a proclamação do resultado, hipótese em que será proclamada eleita a chapa remanescente com maior número de votos.

§ 2º - Permanecerá sob a responsabilidade da mesma Comissão Eleitoral que atuou no primeiro pleito, a eleição complementar decorrente de empate.

§ 3º - Realizado o novo pleito e permanecendo o empate, considerar-se-á eleita a chapa que possuir o integrante com registro mais antigo no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá, oriundo do CORE-PA. Persistindo o empate neste critério, será vencedora a chapa integrada pelo mais idoso dos candidatos.

Artigo 26 - Serão considerados eleitos os integrantes da chapa que obtiver a maioria dos votos válidos e proclamada vencedora pela Comissão Eleitoral, devendo a posse ocorrer dentro de 15 (quinze) dias após a homologação do resultado pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE.

Artigo 27 - O mandato dos Conselheiros proclamados eleitos para composição do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Amapá será de 3 (três) anos, nos termos do artigo 13 da lei nº. 4.886/65, tendo início no dia da posse.

Artigo 28 - Novas eleições, se for o caso, serão marcadas pela Comissão Eleitoral, que publicará o edital de convocação com antecedência mínima de quinze dias.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 29 – Sessenta dias após a homologação do resultado da eleição, as cédulas poderão ser inutilizadas pelo Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE.

Artigo 30 - Todas as questões e impugnações relativas ao processo eleitoral serão decididas pela Comissão Eleitoral, tendo os interessados direito a recurso para o Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito, meramente devolutivo.

Artigo 31 – Os casos omissos ou as dúvidas serão resolvidos pela Comissão Eleitoral que aplicará, supletivamente, a legislação eleitoral comum, observadas as normas gerais de direito.

O presente Regulamento Eleitoral observou o texto padrão aprovado pelo Plenário do CONFERE na Reunião realizada em 31/03/2009, por meio da Resolução nº 578/2009 – CONFERE, da mesma data.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2010.

Manoel Affonso Mendes de Farias Mello
Presidente

Rodolfo Tavares
Diretor Tesoureiro

Solange Barbosa Azzi
Procuradora Geral